

Brasil tem um assassinato de pessoa trans a cada 3 dias, aponta relatório

FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Pgs. 10 e 12

Pg. 16

Emurc realiza processo seletivo para contratação temporária em Vitória da Conquista

Pgs. 08 e 09

Vazamento de dados e privacidade na rede: quais são seus direitos?

Jornada pedagógica 2024 em Caculé: fortalecendo a tríplice relação escola, família e sociedade na educação integral

Pgs. 02 a 03

Jornada pedagógica 2024 em Caculé: fortalecendo a tríplice relação escola, família e sociedade na educação integral

FOTO: DIVULGAÇÃO



JOSIVAN VIEIRA - ASCOM - PMC
governodecacule.ba.gov.br

A Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Caculé deu início nesta manhã na Jornada Pedagógica 2024, com o tema "A tríplice relação Escola, Família e Sociedade: O caminho para a educação integral". O evento foi iniciado nesta quarta-feira (31) no Clube de Campo e tem como objetivo promover a integração e colaboração entre escola, família e sociedade, buscando estratégias para fortalecer essa parceria fundamental na formação educacional.

A abertura foi marcada pelo Sarau do Poeta com o artista Jackson Costa, seguido por palestras de renomados profissionais da área educacional. Destacam-se:

Adenilson Souza:

Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Concentra seus estudos e pesquisas na Educação de Jovens e Adultos. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEP).

Kamila Tuany:

Graduada em Biomedicina, especialista em docência do ensino superior. Atua como professora do ensino superior e é mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Experiência como Secretária Municipal de Educação do município de Candiba.

Claudia Cristina:

Doutora em Educação pela UFBA. Especialista em Metodologia, Pesquisa e Extensão em Educação. Membro de grupos de pesquisa na UFBA e UFRGS, com experiência como consultora do MEC/UNESCO.

Klébia Cordeiro:

Psicomotricista titular da Associação Brasileira de Psicomotricidade. Membro ativo na Ordem Internacional dos Psicomotricistas em Paris, França. Coordenadora de cursos e atuante na Neuro Kids Estimulação Psicomotora.

Expediente

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

@jsudoestebahia
@jornaldosudoeste

Jornal do Sudoeste
Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste - Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
(77) 991196080
editor@jornaldosudoeste.com
Redatora-Chefe Adjunta
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias
(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem
Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media
Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final
Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS
erramos@jornaldosudoeste.com

Administração - Atendimento ao Cliente
Maira Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone
(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:
redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais
E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635
WhatsAAp: (77) 99804-5635
E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

Gildeci de Oliveira:

Doutor em Difusão do Conhecimento, Mestre em Literatura pela UFBA.
Professor da UNEB, credenciado ao PPGEL e ao MPEJA.
Autor de obras literárias e reconhecido por sua contribuição à educação.

Arlete Ramos:

Pós-doutorado em Educação e Movimentos Sociais (UNESP).
Doutora e Mestre em Educação, atuando como professora em programas de pós-graduação.

Karla Mychely Teles:

Professora e Secretária de Educação em Licínio de Almeida, BA.
Líder educacional reconhecida, atua como formadora de programas do Instituto Ayrton Senna e consultora gerencial e pedagógica.

O evento contará com a participação de gestores, professores e demais agentes educacionais, visando fortalecer o compromisso com uma educação integral, alinhada às necessidades da sociedade. Sua presença é essencial para construirmos juntos um caminho sólido para o futuro educacional de Caculé.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Professor Adailton Silva Cotrim, secretário municipal de Educação e Cultura



QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais

Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis** 



POR BRUNO RIBAS

Bruno Ribas é gestor educacional, comunicador e empresário

A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS NA ESCOLA

Ansiedade, sensações de angústia, tristeza profunda, pânico e depressão deixaram de ser questões que giravam em torno da vida adulta. Há tempos, essas emoções têm aparecido de forma mais intensa no dia a dia de crianças e adolescentes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 1 em cada 5 indivíduos apresentam problemas relacionados à saúde mental na fase da adolescência. A OMS afirma também que metade das doenças dessa categoria surge aos 14 anos e que parte dos transtornos dessa categoria não são diagnosticados e nem tratados.

A instituição de ensino está numa posição privilegiada para identificar, ouvir e falar sobre o assunto, Por ser um espaço de coletividade por excelência, a escola é um ambiente propício para trabalhar o tema da saúde mental.

É, geralmente, no ambiente escolar que as crianças e jovens costumam dar os principais sinais de problemas de saúde mental. Assim a probabilidade de reconhecer essa problemática e ajudar o grupo de alunos que sofrem é maior.

Cuidar da saúde mental dos estudantes é uma maneira de formar adultos saudáveis.

Gestores, pedagogos e professores devem estar atentos a situações como essas, pois a saúde mental dos estudantes precisa ser um dos principais pontos de atenção para toda a equipe pedagógica da escola. Tornando o ambiente educacional um lugar construtivo, agradável e inclusivo.

Existem alguns sinais que profissionais da educação devem observar e dar atenção como:

- mudança repentina de comportamento;
- mudança no padrão alimentar;
- isolamento dos colegas e dos demais;
- mutilação e autolesão;
- alteração no sono;
- apatia;
- queda no rendimento escolar;
- agitação fora do comum;
- aumento na frequência de faltas;

· baixa autoestima.

De acordo com a OMS, o suicídio é a segunda maior razão de fatalidades entre os jovens, sendo assim, quando há cuidado com a saúde mental nesse ambiente, seguramente, os estudantes são conscientizados e se mobilizam com o assunto, podendo influencia-los a se atentarem aos próprios sentimentos, comportamentos e emoções, podendo solicitar auxílio, buscar por suporte dos profissionais caso seja necessário lidar com a saúde mental e, até mesmo, proporcionar ajuda aos colegas.

Esses problemas podem ter diferentes origens. A própria pressão escolar, combinada com situações da vida pessoal, social e/ou familiar pode levar ao desenvolvimento de alunos deprimidos e ansiosos. Mas, seja qual for a situação, a equipe pedagógica precisa estar preparada para perceber os sinais que a criança ou o adolescente apresenta, e também para orientá-lo para lidar com isso.

O sofrimento mental é um tema urgente e fundamental para a formação dos alunos no futuro. Lidar com o tema nas escolas é desafiador e complexo, mas é necessário trilhar esse caminho e construir um espaço de acolhimento, trocas, reflexões e aprendizagem sobre como podemos cuidar melhor de nós e do outro em nossa sociedade.

É importante cuidar da saúde mental dos alunos, desenvolvendo espaço compreensível, privilegiado e acolhedor. O cuidado com a saúde mental contribui para que a sociedade seja bem mais justa e comprometida com a responsabilidade.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.



Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: **Gilvanio Rocha da Silva**



POR ENRICO LIPPI ORTOLANI

Prof. Titular do Departamento de Clínica Médica da FMVZ-USP especializado em Clínica de Ruminantes



POR ENRICO SEYSSEL ORTOLANI

Veterinário Auditor Fiscal Federal Agropecuário-MAPA
Mestre em Epidemiologia Veterinária pela Massey University, Nova Zelândia.

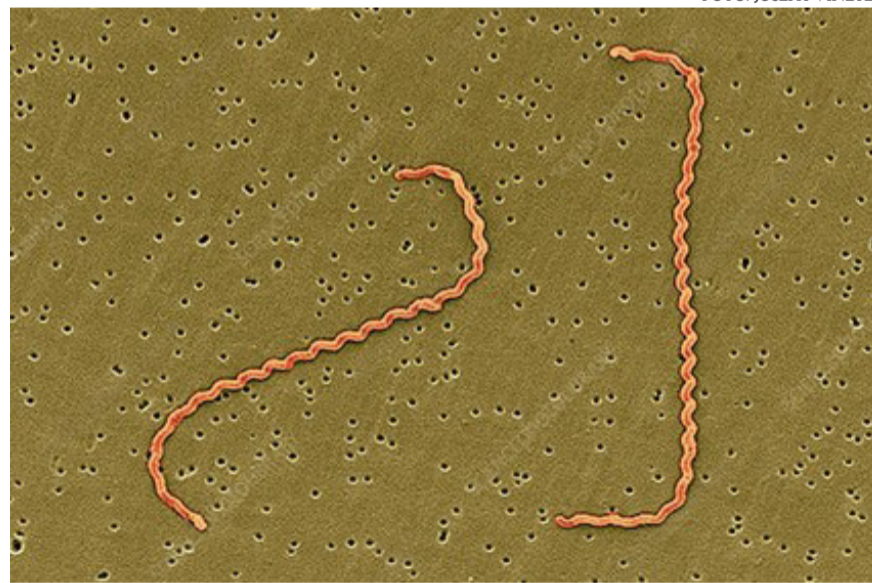
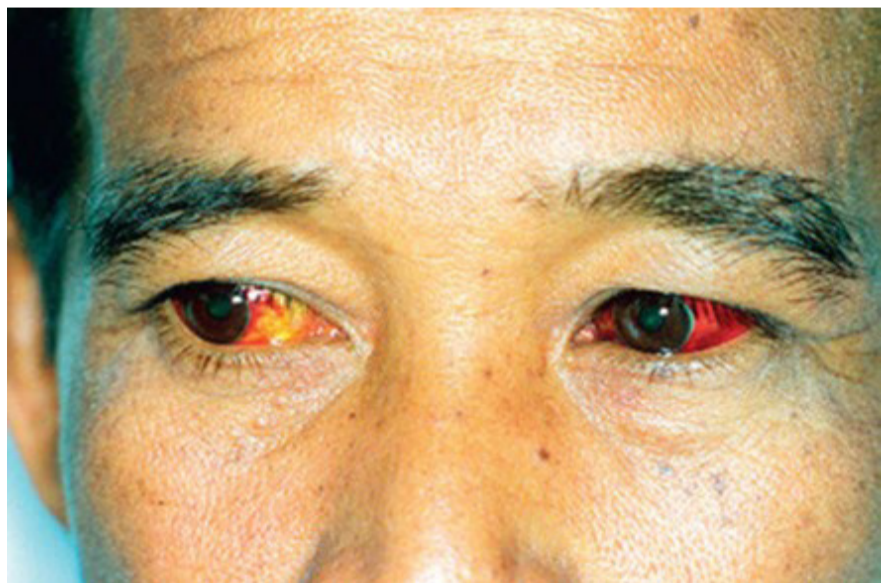
LEPTOSPIROSE HUMANA EM HABITANTES RURAIS

Segundo os dicionários, a definição do vocábulo “clichê” é: “um conceito ou ideia estereotipada baseada na repetição, na imitação e na falta de originalidade, que se torna um chavão ou um modelo”. Muitos jovens hoje diriam “um copiar-colar!”. A palavra clichê seria apropriada para definir os ensinamentos sobre leptospirose humana proferidos por grande parte das faculdades de medicina e de veterinária.

Descreve-se, nesse clichê, que “a leptospirose surge após o contato de pessoas com urina contaminada, com a bactéria do gênero *Leptospira*, de camundongos, ratos e ratazanas (família dos murídeos), mas pouco se fala de bovinos, suínos, cães e animais silvestres. Quase sempre isso ocorre após enchentes, em que se acumula água e lama contaminadas com a urina de “ratos”, principalmente no ambiente urbano”. Porém, segundo recentes levantamentos do Ministério da Saúde, com dados de todos os estados brasileiros, 77% dos doentes residiam em zona urbana, mas só 49% destes contraíram a leptospirose nas cidades, e a maioria dos cidadãos que pegaram a doença no meio rural não citaram o fato de ocorrer enchentes no campo. No Rio Grande do Sul os resultados se invertem e a leptospirose humana é maior (69%) na zona rural que na urbana (31%), sendo o risco de pegar a doença oito vezes superior no campo que na cidade.

A leptospirose é causada pela bactéria do gênero *Leptospira* (do grego *lepto*= fino e comprido e do latim *spira* = espiral ou hélice). Já foram descritos até o momento 35 espécies e mais de 300 subtipos (sorovares) de *Leptospira*. Destas ao redor de 33% deles não causam doença no homem. O formato da *Leptospira* não é à toa, pois ela penetra na pele úmida (machucada ou íntegra) ou nas mucosas (boca, olhos e narinas) girando como se fosse um saca-rolhas. Essas bactérias vivem numa boa em locais úmidos e sombreados. Na água parada sobrevivem por quase um ano e por alguns meses em solos úmidos. Dentro do organismo a *Leptospira* fica abrigada nos cantinhos dos rins, pois os anticorpos e antibióticos quase não a incomodam aí, podendo ser eliminadas na urina. Não precisa nem dizer que para rodar as pastagens, em especial durante o período de chuvas, é necessário usar botas de borracha, de preferência as que não estiverem furadas.

FOTO: JOSEPH VINETZ



A leptospirose é uma doença de notificação obrigatória pelo médico/hospital. Segundo dados oficiais ocorrem em torno de 13.000 casos suspeitos por ano, sendo 3.500 com confirmação laboratorial, e que leva à morte 10% dos pacientes. Os estados com maior percentual de casos são: Acre, Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná e Rondônia. Porém, estima-se que para caso notificado, no Brasil, existam outros dois não registrados. Uma lástima!

Os dados internacionais caracterizam como a leptospirose humana ocorre pelo mundo afora. Nos países desenvolvidos a doença se concentra em áreas rurais, enquanto que nos mais atrasados nos grandes centros urbanos. O Brasil se encontra no meio termo, pois aos poucos aumentam os casos do campo e diminuem os das cidades.

Os casos de campo estão melhor estudados na terra dos pampas. A maioria ocorre durante o período chuvoso. Muitos contraem a doença trabalhando na cultura do arroz irrigado, tendo contato com água contaminada por urina de murídeos, capivaras e ratões-do-banhado; na cultura do tabaco atinge lavradores que andam sem bota de borracha, pois se verificou que o pequeno grau de acidez do solo favorecia a sobrevivência da bactéria danosa; e em áreas de criação, principalmente de bovinos e ovinos, onde a doença é mais presente em pecuaristas e tratadores.

Os momentos de lida com os bovinos são os de maior risco para contrair a doença, por aumentar o contato

com a urina da boiada. Atividades como ordenhar e inseminar a vacada, castrar os machos, ajudar no parto complicado e abater uma rês são os mais críticos para o pecuarista. Em seu recente trabalho com populações rurais na Nova Zelândia, Seyssel Ortolani, que também vos escreve, identificou que tratadores que lidavam com gado tiveram 20 vezes mais risco de contraírem leptospirose que outros moradores rurais que não tinham essa tarefa. Nessa lida com o gado, o melhor dos mundos seria vedar bem os curativos nos cortes de pele e trabalhar com botas, luvas e óculos de proteção. Infelizmente, pouco fazem isso!

Outra descoberta importante é que a chance de ter leptospirose nos tratadores quadruplicava se o rebanho bovino não era vacinado contra leptospirose. A propósito, recomenda-se vacinar as bezerras aos cinco meses de idade e revaciná-las anualmente no dia do início da estação de monta ou da IATF e 30 dias depois.

Também deve-se falar dos depósitos de ração. Ai minha nossa, os depósitos de ração! Alguns parecem criatórios de murídeos, com rações e montões de espigas de milho amontoadas no chão, oferecidos de bandeja como um manjar para a ratada. A manipulação desses alimentos também é uma possibilidade de pegar leptospirose, pois onde o rato defeca também urina. O ideal é manter as rações em tambores tampados para evitar a multiplicação de roedores. No caso da grande presença destes recomenda-se preparar as rações portando luvas, máscaras faciais e óculos de proteção.

Para não dizer que não falamos de "flores", ou seja, da doença em si no homem, vamos a sua descrição. A leptospirose pode ter duas formas clínicas, um quadro leve, de duração curta, e um grave, em que o caldo entorna. Cerca de 80 % dos casos são leves, com surgimento de febre, dor-de-cabeça, dor lombar e nas panturrilhas, náuseas, vez por outra vômitos, pequenas manchas vermelhas na pele etc. Frente a tais sintomas o "doutor" suspeita que você está uma "síndrome gripal" ou uma "virose da moda", por exemplo, dengue, Chikungunya, influenza, febre maculosa ou outras mazelas mais. O médico te recomenda um antitérmico, caldo de galinha e cama e tudo volta ao normal em até sete dias! Para confirmar a doença só por meio de vários exames laboratoriais. Essa leve infecção deixa rastros, pois permanecem anticorpos específicos contra a *Leptospira*, indicando que você um dia teve contato com a bactéria. Um estudo, na terra em que o homem usa bombacha, indicou que 21,3% das pessoas pesquisadas tinham anticorpos denunciadores de uma infecção leve. Não é pouco!

Porém, 20% dos casos clínicos são graves. Eles podem se manifestar de duas formas: um quadro com séria complicação nos rins e no fígado, provocando um amarelão (icterícia) nos olhos e na pele, ou a temida "síndrome de hemorragia pulmonar aguda", onde o sangramento nos pulmões é tremendo. Este último quadro mata 50% dos pacientes, e o pior é que esta síndrome está cada vez mais frequente entre nós.

A vacinação poderia ser a melhor forma de prevenir a doença no homem, mas acontecem três problemões ligados as faltas de segurança e de ampla proteção, e a curta duração desta proteção. As vacinas tradicionais (bacterinas) causam ocasionalmente reações indesejáveis no homem, como diarreia, vomito e até morte, que por sorte não acontece nos animais. Para oferecer total proteção a vacina deveria conter pelo menos uns 10 sorovares das leptospirosas mais frequentes, pois cada espécie animal (murídeos, boi, porco etc.) transmite um ou mais sorovares de *Leptospira* característicos, e não existe uma vacina única que protege contra todos os subtipos. Finalmente, as bacterinas não protegem por mais de um a dois anos, tendo que tomar vacinas de tempos em tempos. Assim meu amigo sua proteção está nas medidas já comentadas e muito cuidado com a vida, e isto nós sabemos que você tem!

HEMORRAGIA E "AMARELÃO" NOS OLHOS

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

Js.

Credibilidade

Mais que uma conquista
Um voto de confiança
que renovamos todos
os dias nos últimos
25 anos♦

TAÍSE RODRIGUES

STUDIO
FOTOGRAFICO

(77) 98858-1020

Vazamento de dados e privacidade na rede: quais são seus direitos?

Quando informações são espalhadas indevidamente, os cidadãos são expostos a fraudes de identidade e outros crimes



Nesta semana, o Brasil de Fato Explica o direito à privacidade na rede e por que é importante falar sobre isso - Foto Markus Spiske / Unsplash

LARISSA GOULD - BRASIL DE FATO

www.brasildefato.com.br

Em janeiro deste ano, ocorreu no Brasil o maior vazamento de dados da história. Mais de 220 milhões de pessoas tiveram informações como nome, CPF, e-mail, endereço, celular, sexo e data de nascimento publicizadas na internet. O número de pessoas afetadas é superior ao da população do país, pois inclui os dados de pessoas que já faleceram.

O vazamento, identificado pela empresa de segurança PSafe, escancara um problema cada vez mais usual no Brasil e no mundo: o mau uso dos dados e a violação ao direito à privacidade.

Nesta semana, o Brasil de Fato Explica o direito à privacidade na rede e por que é importante falar sobre isso:

Privacidade

Na rede ou fora dela, a privacidade é um direito de todos os cidadãos. Na Constituição Brasileira, o art. 5.º assegura a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, dando, inclusive, o direito a indenização pelo dano material ou moral, no caso desse direito ser violado.

O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos - da qual o Brasil é signatário - prevê que "ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação."

Privacidade na Rede

A inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas, a não ser sob ordem judicial, também é um direito. Ele foi conquistado pelo Marco Civil da Internet. A lei, de 2014, prevê princípios que regulam o uso da internet no Brasil, e foi fruto de muito debate e mobilização popular.

O Marco Civil estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país, além de determinar as diretrizes para atuação do Estado e empresas no meio digital. Interceptação de comunicações ou coleta arbitrária e ilegal de dados pessoais, por exemplo, não é permitido.

::Golpes na internet: saiba como se proteger do sequestro do WhatsApp::

Lei Geral de Proteção de Dados

O Brasil possui, ainda, uma legislação só para regulamentar o uso dos dados: a Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD (lei 14.058/20). É a primeira norma que tem especificamente o intuito de dar mais segurança e transparência às informações coletadas por empresas e Estado. Ela prevê advertência e multas às empresas que não respeitem sua regulamentação.

O dinheiro arrecadado das multas é destinado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos para financiar projetos de reparação de danos ao consumidor, meio ambiente e patrimônio, por exemplo. A LGPD entrou em vigor em setembro de 2020, e poderá realizar sanções financeiras a partir de agosto de 2021.

De acordo com a LGPD, é necessário consentimento do cidadão para que as informações possam ser usadas por alguma organização, e elas só podem ser usadas para as finalidades autorizadas.

::Em que a nova Lei de Proteção de Dados Pessoais impacta nos contratos de trabalho?::

Coleta de Dados

Ninguém é obrigado a fornecer seus dados às plataformas. Essas informações só podem ser coletadas por livre consentimento. Por isso, cuidado com aquela caixinha de "você concorda com nossos termos de uso".

Esses termos de uso devem conter "informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais". Ainda assim, eles só podem ser usados se a coleta for justificada, em termos que não sejam vedadas pela legislação; e estando de acordo com as finalidades especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso.

O usuário ainda tem o direito a exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a sites, aplicativos e plataformas, se solicitar, ao deixar de usar determinado serviço. Em casos de violações, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (CNPd), criada em agosto de 2020, é a responsável por fiscalizar, auditar e apurar infrações das entidades que lidam com seus dados.

A Secretaria Nacional do Consumidor, com base no Código de Defesa do Consumidor, o Gabinete de Segurança Institucional, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e o próprio Ministério Público também podem ser acionados em casos de vazamentos ou outras irregularidades.

Como é no mundo?

Outros países também possuem regulamentações similares à LGPD do Brasil. Na União Europeia, eles utilizam o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a California Consumer Privacy Act é usada nos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos um escândalo que escancarou o mal uso de informações de cidadãos foi nas eleições de 2016, quando dados de mais de 50 milhões de pessoas foram usados sem autorização pela empresa Cambridge Analytica para fazer propaganda política. Esses casos fomentaram um intenso debate sobre a necessidade de leis de proteção de dados no país e no mundo

A Solução é coletiva

O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e a pandemia evidenciou essa necessidade ainda mais.

Quando um dado é vazado, ou usado indevidamente, ele expõe os cidadãos a fraudes de identidade, no cartão de crédito e diversos outros crimes. Cabe ao Estado e às autoridades e entidades competentes, em conjunto com um amplo debate da população, encontrar soluções efetivas para esse problema. Privacidade, também na rede, é um direito seu!

Brasil tem um assassinato de pessoa trans a cada 3 dias, aponta relatório

Levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais vê aumento de mortes em 2023; no RJ e PR, número dobrou

FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



BRUNO FONSECA, RAFAEL CUSTÓDIO

apublica.org

Aconteceu dentro de casa, por um conhecido. O assassinato de Julia Nicolay Moreira da Silva, técnica de enfermagem, em julho de 2023, infelizmente se somou a um dado que voltou a crescer no Brasil no último ano: ao menos 145 pessoas trans foram mortas no país de acordo com levantamento inédito da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), divulgado nesta segunda, 29 de janeiro. O número leva à média de mais de um assassinato a cada três dias. Em 2022, o total de assassinatos foi de 131, cerca de 10% a menos.

• **O levantamento da Antra é um dos poucos registros consolidados de violências contra pessoas transexuais no Brasil, frente à subnotificação desse tipo de ocorrência nas bases governamentais. Dados mostram que políticas públicas ainda são insuficientes para reduzir a violência contra essa população.**

Com 34 anos na época do crime, Silva representa alguns dos perfis mais comuns de vítimas no Brasil, segundo o levantamento da Antra. A maioria são de mulheres trans como ela. Quase 80% não chegam a ter 35 anos de idade. E a maior parte dos crimes acontecem com uso excessivo de violência e requintes de crueldade, que foi o caso de técnica de enfermagem.

O crime foi investigado pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense como feminicídio. O suspeito, de 19 anos, foi preso um mês após matar Silva, com a ajuda de um adolescente que na época tinha 17 anos. Na denúncia, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) destacou que "o crime foi praticado por motivo fútil, uma vez que o denunciado foi impulsionado pelo ódio nutrido pela vítima em razão desta ser transexual".

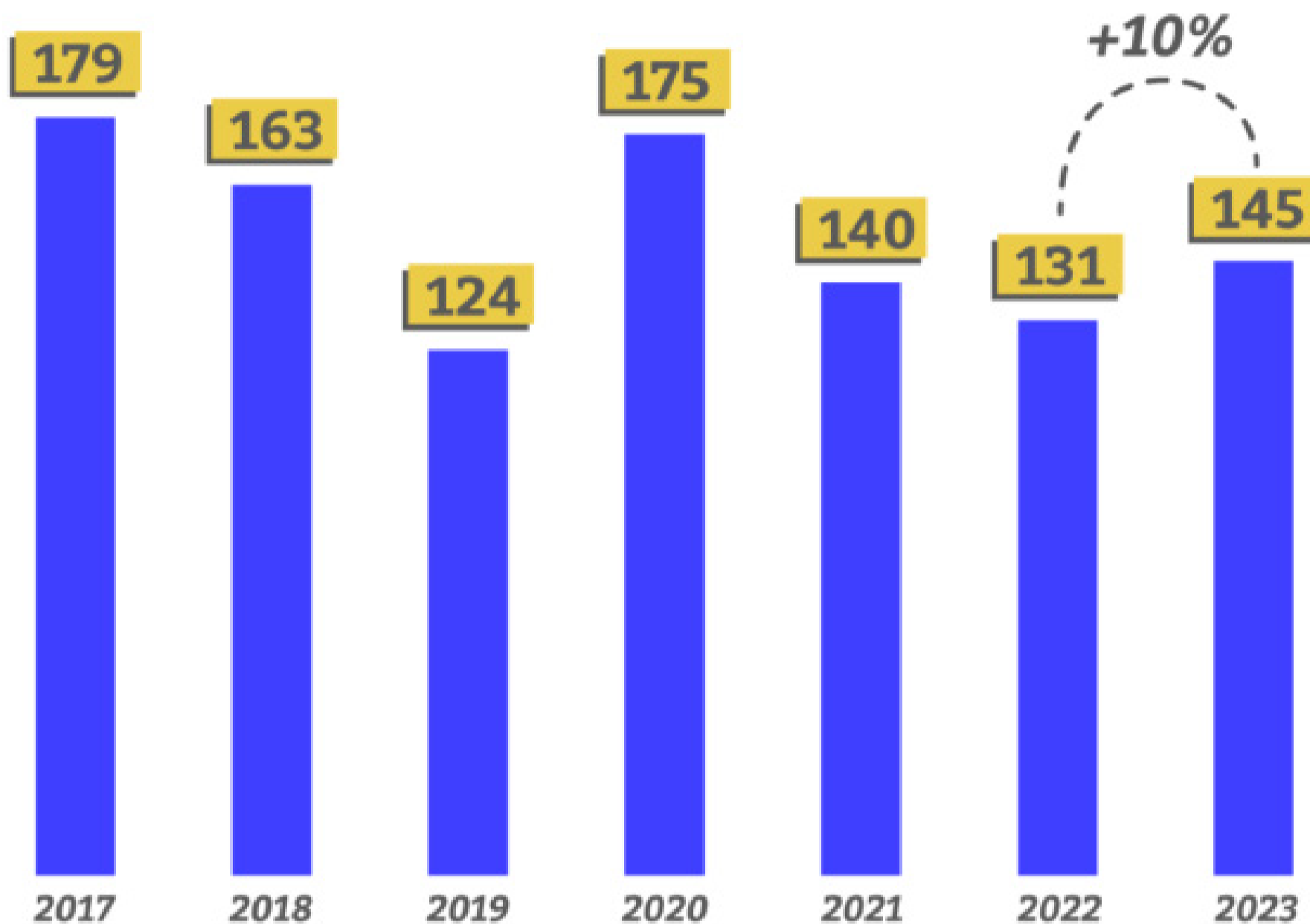
Procurada pela Agência Pública, a Polícia Civil do Rio de Janeiro disse que "diligências seguem em andamento para prender o outro criminoso envolvido no crime" Leia a nota na íntegra aqui.

Este foi o 7º relatório divulgado pela Antra, que reúne dados de assassinato de pessoas trans desde 2017. O levan-

tamento é feito a partir de dados governamentais, como o Disque 100 e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, órgãos de segurança pública, processos judiciais e casos publicados em veículos jornalísticos.

Assassinatos de pessoas trans no Brasil

Segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais



Fonte: Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023

Publica

Assassinatos de pessoas trans no Rio de Janeiro e Paraná dobram em um ano

O estado que mais registrou assassinatos de pessoas trans em 2023 foi São Paulo, com 19 casos. Contudo, Rio de Janeiro e Paraná se destacam entre os que tiveram maior aumento de mortes desde 2022. Em ambos, o número de assassinatos dobrou de um ano para o outro.

No Rio, onde vivia Julia Nicoly Moreira da Silva, foram registrados 16 homicídios no ano de 2023, contra oito em 2022. Questionado sobre quais são as políticas públicas disponíveis à população travesti, trans e não-binária, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) respondeu que atua na promoção e garantia dos direitos da população LGBTQIAP+ por meio de programas sociais. "O Rio Sem LGBTIfobia conta atualmente com 20 Centros de Cidadania LGBTI, que oferecem todo o suporte necessário com atendimento social e psicológico, além de acompanhamento jurídico dos casos necessários", destacou o órgão. Leia a nota completa aqui.

Gab Van, de 35 anos, é ativista e diretor da Marcha Trans e Travesti do Rio de Janeiro. Segundo ele, a falta de políticas públicas e o conservadorismo incentivado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) colaboraram para o aumento do número de travestis e trans mortas no estado, pela incitação aos discursos de ódio.

Para o ativista, a vulnerabilidade da comunidade trans, travesti e não-binária não está só ligada à falta de acesso às políticas públicas, mas também à forma como a pessoa se identifica. "Quando a gente fala 'corpo vulnerável', não estamos falando da galera [exclusivamente] pobre, mas uma pessoa que, por mais que tenha estudo ou alguma base, o corpo continua sendo vulnerável", pontuou.

Já no Paraná, os homicídios de pessoas trans passaram de seis para 12 no período 2022-2023.

"O comitê da população LGBT do Paraná tem cobrado muito que se melhore a identificação de violência, então, talvez o resultado reflita essa melhora na identificação dos casos, mas, o Paraná tem um histórico muito grande de conservadorismo. O governador é um apoiador do ex-presidente Bolsonaro. Então, não é difícil imaginar uma relação desses dados com um discurso conservador e violento", critica o coordenador nacional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), Fabian Algarte, que vive no Paraná.

A Pública procurou pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) do Estado, sob a gestão do governador Ratinho Junior (PSD), para responder sobre quais políticas públicas existem para reduzir as mortes de pessoas trans, travestis e não-binárias, mas não houve resposta até a publicação desta reportagem.

Os estados do Piauí e Rondônia também tiveram o dobro de mortes de um ano para o outro, mas ambos haviam registrado apenas um caso em 2022.

No Brasil, como um todo, a Antra registrou 36 homicídios de pessoas trans menores de 18 anos nos últimos 7 anos. Quase 80% das vítimas tinham menos de 35 anos de idade.

Além disso, a maioria das vítimas é de mulheres trans, e a média de pessoas trans negras assassinadas é de 78,7% do total.

De acordo com Gab Van, o Brasil é um país racista, o que reverbera no alto índice de mortalidade de pessoas trans pretas. Sobre o cenário fluminense, o ativista destaca: "O projeto de Segurança Pública do Rio de Janeiro é [de] matar jovens pretos, independente deles serem cis ou trans".

Falta de dados públicos prejudica informação sobre violência contra pessoas trans

O aumento na quantidade de homicídios de pessoas trans, apontado pelo levantamento da Antra, contrasta com a previsão de que os homicídios como um todo no Brasil tiveram redução em 2023. Segundo projeção do Ministério da Segurança Pública, a quantidade de assassinatos no país caiu 6% em relação a 2022.

O relatório também aponta que há um vazio de dados de crimes contra pessoas trans no Brasil nas bases de órgãos públicos. "Como vem sendo insistentemente denunciado desde a primeira edição deste dossiê, a ausência de dados governamentais é um problema sério que precisa de atenção. Dados sobre essas violências seguem inexistentes ou insuficientes quando comparadas com o que é reportado pelos canais de notícias", destaca o texto.

Apesar dos dados de crimes, o relatório também destaca como avanços a recriação do Conselho Nacional pelos direitos da população LGBTQIA+, um novo grupo de trabalho no Ministério da Saúde para revisar a política de saúde para a população trans, a criação de uma estratégia nacional de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+, dentre outras ações. Além disso, neste ano de 2024, são comemorados 20 anos de visibilidade trans no país.



Marlito Lacerda
CONTABILIDADE.

Rua CEL. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
EDF. João A. Lacerda - Centro - CEP - 46100 - 000
Email: marlito@marlitocontabilidade.com.br
Instagram - @contabilidademarlitolacerda

www.marlitocontabilidade.com.br

Brumado - Bahia
Setor Contábil - (77) 99844654
Setor Fiscal - (77) 998436634
Setor Pessoal - (77) 999251133



POR ANDRÉ NAVES

André Naves é Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; Mestre em Economia Política. É também Comendador Cultural, Escritor, Professor e Palestrante (Instagram: @andrenaves.def)

O RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL: SINTOMA DE FALTA DE INCLUSÃO!

A transição do home office para o trabalho presencial tem sido uma realidade para muitos funcionários, evidenciando um sintoma preocupante: o da falta de inclusão nas atividades econômicas. Incrivelmente, a insistência no retorno ao trabalho presencial, especialmente por parte dos líderes empresariais, pode ser danosa à produtividade individual, por desconsiderar desafios específicos enfrentados por diferentes grupos.

Essa exigência, muitas vezes, não leva em conta os desafios diários enfrentados, por exemplo, pelas mulheres, que muitas vezes lidam com dupla ou tripla jornada, cuidados domésticos e acompanhamento dos filhos. Durante o período em que vigorou o esquema de home office, esses desafios eram melhor equacionados, promovendo uma divisão mais igualitária nos serviços domésticos e beneficiando a produtividade.

Além disso, a convivência intensiva durante o home office estimulou maior participação dos pais na educação dos filhos, promovendo um acompanhamento mais próximo e favorecendo o vínculo afetivo. O retorno ao trabalho presencial pode comprometer esses ganhos educacionais, impactando a qualidade da interação familiar e a divisão de responsabilidades domésticas.

A pressão para o retorno ao presencial, além disso, parte muitas vezes de líderes empresariais que moram próximo aos escritórios, escapando dos desafios diários enfrentados por quem depende de transporte público, enfrenta o trânsito intenso e se expõe aos riscos urbanos. Isso demonstra uma falta de compreensão das dificuldades vivenciadas por funcionários que moram em áreas mais distantes.

No mesmo sentido, a falta de experiência dos líderes na convivência com pessoas com deficiência resulta na ignorância sobre as dificuldades físicas e emocionais relacionadas ao deslocamento para o trabalho. Rotinas de tratamentos e terapias também são prejudicadas com o retorno ao presencial, colocando em risco a inclusão desses profissionais.

Em síntese, a exigência do retorno ao trabalho presencial revela falta de empatia, falta de consideração, ao ignorar as diversas realidades enfrentadas pelos funcionários. Ao desconsiderar os ganhos do home office em termos de inclusão, equidade de gênero e qualidade de vida, os líderes empresariais comprometem a produtividade individual e coletiva. É fundamental que as empresas repensem suas políticas, reconhecendo a importância da inclusão e da flexibilidade para promover ambientes de trabalho mais produtivos e igualitários.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

**APURAR. CHECAR.
RECHECAR. INFORMAR.**

Notícias falsas podem trazer muitos prejuízos para quem lê e compartilha. Desconfie de notícias apelativas, com informações espetaculosas ou que fogem do comum.

Na era da desinformação, o antídoto é uma imprensa comprometida com a verdade!



POR WAGNER BALERA

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifício, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA SIMPLIFICAÇÃO COMPLICADORA

Ao tratar, mais uma vez, do tema da reforma tributária promulgada, só tenho dúvidas. Não quero dizer que sou contra, mas como não posso ser a favor, prefiro dizer talvez.

Inicialmente, uma observação se faz necessária: nós entendíamos que o nosso sistema tributário era excessivo no que diz respeito ao número de artigos contidos na Constituição. Para simplificar, aumentaram três vezes o número de artigos para regular o sistema tributário. Creio que isso trará problemas de interpretação.

Em segundo lugar, a CBS (Contribuição Social Sobre Bens e Serviços que é um dos novos tributos que foram instituídos após promulgação da Reforma Tributária do sistema tributário brasileiro - A CBS trata de uma das duas parcelas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que irá substituir os seguintes tributos federais: PIS, COFINS e IPI) entrará em vigor em 2026 e o IBS (imposto sobre bens e serviços que terá sua incidência conforme aquilo que for agregado em cada etapa de bens e serviços e que incidirá, de forma geral, sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos ou com serviços) em 2029, com regime jurídico idêntico. O Congresso Nacional, não os Estados e Municípios, definirá as leis complementares e o regime jurídico de cada tributo.

O sistema caótico que temos continuará vigente até 2033. Então, as empresas, para terem uma vida mais simplificada até 2033, se não houver prorrogação, deverão conciliar o sistema que consideram caótico com o novo.

Vale dizer, vão ter que trabalhar duas vezes: com um velho sistema cheio de problemas e com um novo que elas desconhecem. Evidentemente, terão que aprender e o trabalho será, no mínimo, duplicado.

Assim, para simplificar, pelo menos até 2033, nós teremos um sistema mais complicado, composto pelo antigo caótico e pelo novo desconhecido.

Terceiro ponto, a federação acabou. Ora, o que caracteriza uma federação? A autonomia política de eleger seus membros, prefeitos, governadores, deputados, vereadores; a autonomia administrativa, de administrar os Estados e os Municípios; e a financeira, de definir a destinação dos recursos de acordo com a necessidade orçamentária de cada Estado e município.

Essa autonomia financeira acabou, pois o controle do recebimento e a distribuição do IBS será centralizado em um Comitê instalado em Brasília, com 54 delegados, sendo 5.569 municípios representados por 27 delegados e os 26 Estados e Distrito Federal por outros 27. Com esse sistema, evidentemente, como aliás eles alertaram, os grandes Estados e Municípios perderão, enquanto os pequenos e médios Estados e Municípios ganharão; por causa do projeto de emenda no Senado que foi aceito pela Câmara dos Deputados, no sentido de que as maiores benesses serão destinadas para os Estados do norte e nordeste.

Por outro lado, o projeto assegura que quem perder não será prejudicado, pois será compensado em até 50 anos pelas perdas. De tal maneira que nós vamos ter, na verdade, fundos com várias finalidades, tais como para equalizar o sistema, chegando a 60 bilhões de reais, fora o que a União terá que colocar para, enfim, equilibrar os que perdem com os que ganham. O que vale dizer, durante 50 anos, ou pelo menos até 2043, com 60 bilhões por ano, a União terá que bancar o prejuízo. Tal previsão representa uma tentativa de equilibrar as perdas que existirão, mas que eles não sabem de quanto será nem como será, pois não fizeram esses cálculos até hoje, de tal forma que quem pagará esse dinheiro que a União precisará colocar para compensar, evidentemente, só poderá ser o contribuinte.

Os Estados, para terem certeza de que vão receber na partilha aquilo que eles teriam como receita, terão que definir, de 2024 a 2028, qual é a média de receita tributária que tinham com o ICMS, que será o IBS em 2029. O que vai acontecer é que os Estados, para mostrar o que vão receber pelo que vierem a perder, terão que ter uma receita boa na redistribuição. Os Estados que estão prevendo essa perda já começaram a aumentar o ICMS, neste ano de 2023, para que, no ano de 2029, a média justifique uma recepção das suas perdas no valor que a União terá que compensar.

Como se vê, não é simples. Foi aprovada a Emenda à Constituição. Ótimo. Temos agora um novo sistema. Sabe-se qual vai ser alíquota? Não, nunca disseram qual seria alíquota. Sabe-se quais serão as perdas dos Estados e Municípios? Não, apenas cálculo aleatório. Sabe-se quanto cada setor vai ganhar ou perder? Não, não há nenhum cálculo até hoje.

Mas já sabem quais são os princípios constitucionais que são norteadores. Mas o que regulamenta são exatamente as leis complementares e ordinárias.

Calcula-se que certos setores, como de serviços, vão sair de uma alíquota máxima de 5%, mais 3,65% de PIS/COFINS, para uma alíquota de 30% mais ou menos. Haverá, portanto, um aumento monumental. Se a alíquota for de 30% e para o setor, por exemplo, da advocacia, for reduzida para 21%, ele sai de 3,65% e de uma taxa que representa, mais ou menos, um salário mínimo por ano de ISS, e passa para 21%. Um aumento razoável, tanto para o setor de serviços em geral, quanto para a advocacia em particular.

Fizeram um cálculo de que a indústria vai ganhar 8%, comércio 6%, agricultura 4%, serviços 2%. Os cálculos são aleatórios, a partir de uma projeção de que a economia vai crescer 20% em um novo sistema.

Evidentemente, pode dizer que vai crescer 30%, 40%, 10%, pode perder 20%, ninguém sabe. Aliás, porque fazer cálculos não foi prioridade para o nosso Congresso, que decidiu princípios direcionais sem conhecer projetos de leis complementares, nem de leis ordinárias, nem examinar o impacto em cada entidade federativa e em cada setor empresário?

E, a meu ver, no momento em que as leis forem apresentadas com os números, haverá lobbies no Congresso Nacional dos diversos segmentos, para conseguir novas exceções na lei infraconstitucional, para que não tenham um impacto negativo. É evidente que temos a previsão de princípios gerais. Só para dar um exemplo, o que é um princípio geral? A Constituição fala, no artigo 155, que o Estado, pelo § 2º, tem o direito de cobrar ICMS. ICMS quer dizer Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias. Essas três palavras (circulação, operação e mercadoria) estão em uma única linha na Constituição, e o Supremo Tribunal Federal levou cerca de 30 anos para definir o que seria “circulação”, “mercadoria” e “operação”.

Com a reforma, nós temos três vezes mais dispositivos para o Supremo interpretar, já que os outros, que ele continua interpretando e tendo dificuldades, representavam um terço daquilo que foi aprovado.

Então, como os senhores veem, enquanto não houver projetos de lei complementar e de lei ordinária, nem análise do impacto em todas as entidades federativas, em todos os segmentos, de que maneira, efetivamente, o sistema funcionará e como o Supremo interpretará todos esses dispositivos, bem como não souber quais setores, ao saberem os percentuais da lei, farão lobbies e serão atendidos, evidentemente que não posso me posicionar. Portanto, como não conheço nenhuma dessas informações, digo talvez.

Como, entretanto, para simplificar, resolveram complicar mantendo dois sistemas até 2033, este raciocínio para um velho acostumado à lógica cartesiana, não é fácil de compreender.

O certo é, a meu ver, que vale a pena os advogados dedicarem-se, a partir de agora, ao direito tributário, pois tantos serão os problemas de interpretação a ocorrer, que terão um campo de atuação durante muito tempo.

Mas, não digo sim, não digo não, digo talvez.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

VOCÊ NO JS.

Envie sugestões de pautas, fotos, vídeos para nossa Redação

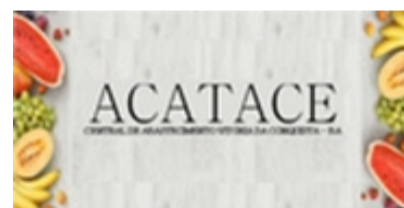
Escaneie o Código



77-998725389



www.jornaldosudoeste.com



CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Vitória da Conquista - 30 de Janeiro de 2024

Prezados(as) Senhores(as) Associados(as),

A Diretoria da “ACATACE - Associação dos Comerciantes Atacadistas de Hortifrutigranjeiros do CEASA de Vitória da Conquista/BA”. Cumprindo com as determinações do Estatuto, vem, tempestivamente Convoca todos os Associados a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na praça de alimentação no dia 09 de Fevereiro de 2024 (quarta-feira), às 9h em primeira chamada respeitando quórum legal dos membros da Diretoria, e se não tiver presente o tal quórum, será realizada na segunda chamada às 09h:30min com qualquer número de Associados presentes, com a finalidade específica de ser apresentado sobre a matéria da seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas;
- Apresentação de novos associados;
- O que ocorrer.

Salienta-se a importância de todos, tendo em vista a relevância dos assuntos a serem tratados. Fica registrado que a presente convocação respeitou seu prazo e sua divulgação em meios de comunicação, conforme previsão em estatuto. Os ausentes podem ser representados por meio de procuração, desde que, cumpra o aspecto regimental.

Agradecendo o seu comparecimento, subscrevo-me atentamente.

Ronaldo Carvalho
Presidente da ACATACE

Emurc realiza processo seletivo para contratação temporária em Vitória da Conquista

FOTO DIVULGAÇÃO

**ASCOM - PMVC**www.pmvc.ba.gov.br

Foi publicado no Diário Oficial do Município desta quarta-feira (31), o edital do processo seletivo 001/2024, da Emurc, para contratação temporária. Segundo o edital, as vagas são para electricista de máquinas pesadas, encanador, encarregado de pavimentação, jardineiro, mecânico de manutenção de máquinas, pedreiro, pintor e servente de obras. Esses profissionais irão trabalhar nas obras executadas pela empresa.

As inscrições serão realizadas de forma presencial, na sede da empresa, localizada na Rua Sinhazinha Santos, nº295, Centro, de 6 a 9 de fevereiro, das 8h30 às 12h e das 14h00 às 16h. O candidato deverá apresentar toda a documentação solicitada no item 3.3 do edital, originais e também cópias.

Os candidatos serão avaliados por meio da análise curricular classificatória e breve entrevista. A avaliação visa analisar o perfil do candidato, a partir do nível de escolaridade, conhecimentos específicos, habilidades e experiência profissional. A análise será realizada pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo, com membros da equipe técnica da Emurc.

A divulgação das inscrições deferidas e indeferidas será feita através de portaria publicada no DOM, no dia 16 de fevereiro.



Casa do Agricultor

PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloisio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br
End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA